

ATAQUES NAS ESCOLAS

Lula: redes são “avassaladoras”

Presidente diz que espaços virtuais têm trazido novo tipo de violência e fizeram ruir a segurança nas unidades de ensino

» INGRID SOARES

Ed Alves/CB/DA.Press



Segundo Lula, “ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice, ou não vamos chegar muito à frente”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou, ontem, que “as pessoas não podem fazer nas redes sociais o que é proibido na sociedade”. A declaração — que respalda uma fala do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — ocorreu ao fim da reunião, no Palácio do Planalto, com representantes dos Três Poderes, estados e municípios para a discussão de medidas contra a violência nas escolas. O chefe do Executivo frisou, ainda, que as redes sociais têm trazido um novo tipo de violência.

“Essa reunião demonstrou que estamos diante de um fato que poucos de nós conhecemos. Ainda não temos especialista nesse novo tipo de violência que está acontecendo na nossa vila, bairro, país. (...) O fato novo é que invadiram um lugar que para nós é tido como de segurança”, disse. “Toda mãe, quando leva um filho para uma escola, creche, ela tem certeza de que o filho está seguro. Isso ruíu, porque temos um instrumento avassalador. Não é o celular que é ruim. Ele é ótimo. Agora, tem a rede digital do bem e do mal, e há uma predominância da chamada rede digital do mal.”

Lula destacou que “as pessoas gostam de mentira, de fake news, é só ver como foi a última eleição neste país, nos Estados Unidos, em 2018”. “Há uma predominância na tentativa de divulgar o falso, a mentira. É só ver os discursos que são feitos por

este país afora, que há predominância da pregação da violência”, continuou. “As chamadas plataformas, as grandes empresas que ganham dinheiro com a divulgação da violência, estão cada vez mais ricas.”

O petista disse, ainda, que tanto os meios digitais quanto as famílias devem participar da manutenção da paz nas escolas. “Ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice, ou não

vamos chegar muito à frente. Ou levamos em conta a necessidade de educar os pais... porque a família tem de estar envolvida nesse processo. Tinha gente que tirava crianças da escola pública para colocar na privada porque achava que na privada tinha mais segurança, está provado que não tem”, frisou.

O chefe do Executivo também criticou medidas que transformem as escolas em “prisão de segurança máxima”. “Sem a

participação dos pais, a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas. Vamos transformar nossas escolas em prisão de segurança máxima, que não tem solução. Nem tem dinheiro para isso e nem é politicamente correto, humanamente correto, socialmente correto. Se a gente tentar fazer isso, estamos dando a demonstração que não servimos para muita coisa, porque não sabemos resolver o problema real”, alertou.

“Essa reunião não é para o governo dizer que tem todo o dinheiro do mundo para toda cidade murar escolas: ‘Vamos transformar o Brasil naquele muro que está construído entre Israel e a Faixa de Gaza’, ‘no muro que queriam fazer entre Estados Unidos e México’, ou ‘o muro chinês para proteger’. Não vai resolver. O problema está no processo educacional dentro da própria família”, reforçou.

Elogios

Ao longo da exposição, Lula fez um afofo ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O chefe do Executivo chamou o magistrado de “o maior especialista neste momento” em combate às fake news, após a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições do ano passado. Moraes preside a Corte eleitoral.

“Patético”

Segundo Lula, as medidas de segurança nas escolas não passam apenas por detectores de metais. “Resumirei a reunião na frase de Moraes: as pessoas não podem fazer na rede digital o que é proibido na sociedade. Não é possível que possa pregar ódio na rede digital, fazendo propaganda de arma, ensinando criança a atirar. É isso que a gente vê todo santo dia. A verdade é que uma pessoa de 6, 7, 8, 9 anos repercute na escola o que ele ouve dentro de casa”, argumentou. “A gente não vai resolver esse problema só com dinheiro, elevando o muro da escola, a gente não vai resolver esse problema colocando detector de metais. Fico imaginando as crianças sendo revistadas nas escolas. Como seria patético para os pais, para os prefeitos, governadores, o presidente da República e as instituições deste país uma criança de 8 anos ter que mostrar a mochila para ser rastreada.”

Pacheco promete aprovação de projetos de lei

Na reunião entre os Três Poderes, em Brasília, para discutir a violência nas escolas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a atuação do Estado para dar limites à internet.

“As redes sociais precisam ter a contrapartida e a atenção do Estado brasileiro em relação aos seus limites”, declarou o parlamentar, no Palácio do Planalto.

De acordo com o presidente do Senado, o Congresso Nacional está comprometido com essa pauta e vai aprovar projetos de lei nesse sentido. “É preciso ter unidade”, frisou.

Pacheco também criticou a

política armamentista e disse ser preciso vinculá-la à informação. A pauta a favor de armas é defendida por bolsonaristas. “Toda e qualquer política de armas, mais liberal ou menos liberal, deve ter como contrapartida a informação”, ressaltou. “Não se pode sustentar a política de armas a pretexto da defesa do indivíduo sem reconhecer a capacidade letiva da arma de fogo.”

Na última segunda-feira, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sustentou que o “cenário pavoroso” de ataques armados a escolas “não surgiu por mágica” e está ligado ao discurso de ódio, à banalização da

violência e ao “culto às armas de fogo e à facilitação a seu acesso amplamente promovida e incentivada nos últimos quatro anos”.

O órgão conclamou o país a solucionar o que comparou a uma epidemia, ressaltando, ainda, que a resposta aos atos de violência “definitivamente não se traduz na alocação de um policial a cada pátio de colégio” no país. “Ou as escolas voltam a ser santuários de saber e acolhimento, ou nosso destino será a volta à barbárie”, registrou a Procuradoria.

As indicações constam de nota assinada por 40 procuradores, que ligam diretamente

os ataques à “efervescência do discurso de ódio, em conjunto com a banalização da violência”. “Pessoas públicas externando ideias preconceituosas, desdenhando e atacando minorias, promovendo discursos ofensivos à Constituição da República e aos direitos humanos, atacando o sistema de ensino e produzindo um ambiente favorável à fermentação de uma cultura de rancor”, registram.

O texto cita “parlamentares extremistas” que propõem “normas visando ao impedimento da diversidade nas escolas, tachando as instituições e seus corpos docentes

de doutrinadores comunistas e promotores da chamada ideologia de gênero, uma falácia empregada para proibir a educação sexual nas escolas, num país em que mais de 70% dos abusos sexuais contra crianças são cometidos por familiares, no lar do abusador ou da vítima”.

O grupo também cita como “peça fundamental” do “quebracabeças” dos ataques o “culto às armas de fogo” e a ampliação do acesso a armamentos no governo Bolsonaro.

Leia mais sobre violência nas escolas na página 16



As redes sociais precisam ter a contrapartida e a atenção do Estado brasileiro em relação aos seus limites”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

SIGA SUA ESTRELA

Seu destino é viver o melhor para você e sua família na SQN 113. Vem aí a grande estrela da Asa Norte.

NESTA SEXTA-FEIRA, 21 DE ABRIL

Paul Octavio®

ACESSE E SAIBA MAIS

CJ1700